

## Fronteiras Vivas ou Mortas?

### Os Impactos dos Projetos de Assentamento Militar em Áreas de Fronteira na Amazônia

David S. Salisbury (a)\*, L. Alejandra Antelo Gutiérrez (b), Carlos L. Pérez Alván (c), Jorge W. Vela Alvarado (c)

(a) University of Richmond, Department of Geography and the Environment, 28 Westhampton Way, Richmond, VA, 23173

(b) University of Richmond, International Studies Program, 28 Westhampton Way, Richmond, VA, 23173

(c) Universidad Nacional de Ucayali, Centro de Investigación de Fronteras Amazónicas, Av. Centenario Km. 6, Pucallpa, Ucayali, Perú

\*Autor Correspondente

E-mail address: [dsalisbu@richmond.edu](mailto:dsalisbu@richmond.edu) (D. S. Salisbury).

Este capítulo foi originalmente produzido em Inglês no *Journal of Latin American Geography*, Volume 9, Number 2, 2010, pp. 49-71. Tradução de Marcela Vecchione.

Cítase como: Salisbury, David S. In press. “Fronteiras Vivas ou Mortas?” Pgs. ? in *Dinâmicas de Fronteira e Situação dos Índios Isolados na Região Acre/Brasil e Ucayali-Madre de Dios/Peru*. Eds. Vecchione, M. and M. Ochoa. Rio Branco: CPI-Acre and Rainforest Foundation Norway.

## **Fronteiras Vivas ou Mortas?**

### **Os Impactos dos Projetos de Assentamento Militar em Áreas de Fronteira na Amazônia**

David S. Salisbury, L. Alejandra Antelo Gutiérrez, Carlos L. Pérez Alván, Jorge W. Vela Alvarado

#### **Sumário**

A geopolítica de criar fronteiras vivas, projetos de assentamento rural, nas fronteiras amazônicas muda o uso de terra e modo de viver em estas fronteiras isoladas em maneiras inesperadas. Um estudo de caso na Amazônia peruana pesquisa a utilização de recursos naturais, a economia familiar, e a geografia política de um projeto de assentamento rural militar. Os resultados indicam que os impactos transfronteiriços do projeto de assentamento criam oportunidades para conflito internacional numa época da integração regional sudamericana.

*Palavras Chave: Amazônia, fronteiras, Brasil, Perú*

#### **Resumen**

La geopolítica de crear fronteras vivas, proyectos de asentamiento rural, en las fronteras amazónicas cambia el uso de la tierra y modo de vivir en estas fronteras aisladas en maneras inesperadas. Un estudio de caso en la Amazonía peruana investiga el manejo de recursos naturales, la economía, y la geografía política de un proyecto de asentamiento rural militar. Los resultados indican que los impactos transfronterizos del proyecto de asentamiento crean oportunidades para conflicto internacional en una época de la integración regional sudamericana.

*Palabras Clave: Amazonía, fronteras, Brasil, Perú*

#### **Abstract**

The geopolitical initiative of creating military settlement projects, *fronteras vivas* (living borders), along isolated stretches of the Amazon borderlands transforms land use and livelihoods in unexpected ways. A case study in the Peruvian Amazon explores the natural resource management, household economics, and political geography of a borderland military base and associated settlement. Results find the military settlement project's transboundary impacts create opportunities for international conflict in an age of South American integration.

*Keywords: Amazonia, Borders, Brazil, Peru*

## Introdução

Desflorestamento e degradação ambiental continuam a ocorrer de forma ampliada na floresta amazônica. Há vários estudos que buscam entender os diversos catalizadores (Fearnside 2005; Hecht 2005; Walker *et al.* 2009 ) destas transformações ecológicas e seus consequentes impactos na dinâmica de uso da terra (Browder *et al.* 2004; Walsh *et al.* 2008), modos de subsistência locais (Salisbury and Schmink 2007; Brondizio and Moran 2008), e biodiversidade (Moreau and Coomes 2007; Phillips *et al.* 2008). Uma das principais formas de transformação ecológica da Amazônia é a geopolítica. Ainda que esse termo tenha várias conotações na política mundial contemporânea (Agnew, 2003), nós aqui o usamos em seu estilo mais clássico, sendo o Estado o principal foco, tal como definido por Ratzel e Mackinder. Segundo estes autores, países vizinhos disputam o controle do espaço continental no qual estão. Como veremos, países sul-americanos continuam a usar versões atualizadas deste entendimento de geopolítica até os dias de hoje em questões relativas a Bacia Amazônica (Foresta 1992; Simmons *et al.* 2007). Dado este fato, ainda que para ambientalistas objetivos geopolíticos na Amazônia não sejam o principal ponto de preocupação, geógrafos e outros pesquisadores desde há muito tempo reconhecem a importância destes objetivos na transformação do cenário e dos modos de subsistência na região.

De fato, os brasileiros Beto Ricardo e Márcio Santilli, o primeiro, antropólogo, e o segundo, político, argumentam que a imaginação geopolítica dos militares brasileiros e a xenofobia concernente às áreas de fronteira na Amazônia levaram a uma intervenção militar ostensiva, resultando em impactos ambientais e sociais negativos tanto no cenário natural, como no modo de vida (Ricardo e Santilli, 2008). Ricardo e Santilli, dessa forma, preferem desenfaturar a geopolítica, defendendo a diminuição da intervenção militar nas terras indígenas encontradas em áreas fronteiriças. A presença das forças armadas brasileiras nas fronteiras e, conseqüentemente, a presença de militares dos países vizinhos nas mesmas fronteiras cresceu em resultado do projeto geopolítico *Fronteras Vivas*<sup>i</sup>. O nome do projeto, que busca enfatizar a idéia de que há pessoas vivendo nas fronteiras, é também sinônimo de projetos de assentamento militar pelas fronteiras internacionais na Amazônia. Além de Ricardo e Santilli, Terborgh também critica a idéia de colocações militares em áreas de fronteira e o projeto *Fronteras Vivas* (Terborgh, 2003). Contudo, o autor o faz por uma perspectiva conservacionista, defendendo a idéia de fronteiras verdes. Por esta linha, as fronteiras devem ser inabitadas e as ações em suas áreas devem se limitar à conservação ambiental.

O conceito de fronteiras verdes se encaixa na definição de parques da paz, que são áreas de proteção ambiental transfronteiriças criadas oficialmente para proteger e manter a biodiversidade, recursos naturais e culturais, bem como promover a paz e a cooperação (TBPAN 2007). Enquanto autores como Terborgh defendem a idéia das fronteiras verdes para conservar as condições naturais locais, outros verão os parques da paz mais como um meio de construir e manter a paz entre países que compartilham o território natural (Ali, 2007). Tornando-se cada vez mais populares desde que foram criados em 1932, os parques da paz, classificados como áreas de proteção ambiental transfronteiriça, já eram 220 ao longo do globo em 2007, cobrindo 4.5 milhões de hectares (TBPAN 2007). Ainda que estas zonas de conservação transfronteiriça sejam bastante populares, há aqueles que argumentam que unidades de conservação impostas por uma escala de autoridade supra-nacional podem vir a exarcebar ou a causar conflitos em múltiplas escalas (Stern *et al.* 2003; van Amerom and Buscher 2005; Ramutsindela 2007). Há

também autores que vão apontar que não se sabe se a conservação resultante de tal estrutura é consequência ou ponto constitutivo do processo de construção da paz (Ali, 2007). Em última instância, os conceitos de parques da paz e fronteiras verdes carecem ainda de pesquisa e corroboração de dados para que sua eficácia em promover conservação e resolução de conflito possa ser avaliada, mesmo que à primeira vista tais conceitos sejam conceitualmente instigantes.

Como com os parques da paz, ainda não há estudos empíricos sobre os efeitos dos assentamentos em regiões de fronteira na Amazônia. O que existe é uma rica literatura sobre os esforços no processo de colonização na Amazônia, sem levar em consideração a fronteira internacional como variável (Almeida and Campari 1995; Browder *et al.* 2008). Estudos na área de geopolítica normalmente criticam esses esforços de desenvolvimento no interior da Amazônia ressaltando que os projetos correlatos criaram estradas mediocres que não facilitaram o comércio e o escoamento de produção local (Muller 1980), não tendo gerado integração com os mercados (Moran 1981) e não contribuindo para o avanço na oferta de serviços (Schmink and Wood 1992). Estas críticas, na verdade, aproximam-se da interpretação de Terborgh's (2003) de que as bases militares em regiões de fronteira são projetos que não se encaixam à realidade local, requerendo subsídios massivos para lidar com a infraestrutura de transporte inadequada, integração limitada com os mercados regionais e escassez de produtos básicos.

Este artigo utiliza dados recolhidos em campo para analisar os reais e potenciais impactos dos assentamentos militares nas fronteiras bem como do projeto fronteiras vivas a partir de um estudo de caso de uma base militar peruana implantada na fronteira com o Brasil (Figura 1). Nós começamos o artigo traçando a geografia histórica do projeto fronteiras vivas na bacia amazônica, antes de apresentarmos o local de estudo e os métodos utilizados. Na seção seguinte, apresentamos nossos resultados ao detalhar os impactos e a natureza da economia familiar, o manejo de recursos naturais e a geografia política local do projeto em avaliação. Por fim, nós criticamos a sustentabilidade destes projetos e discutimos como resultados inesperados advindos da natureza transfronteiriça do assentamento podem criar mais problemas geopolíticos do que, de fato, resolvê-los.



**Figura 1.** *Portão de entrada da base militar de fronteira peruana*

### **Fronteiras Vivas: desenvolvimento e definição**

As fronteiras internacionais da bacia amazônica foram em grande medida definidas de acordo com a exploração de recursos naturais antes e durante a virada do século XIX, quando da ocasião da corrida da borracha (Ireland 1938; Tocantins 1961; Calvert 1983)<sup>ii</sup>. Com o colapso da lucrativa economia da borracha, interesses econômicos e políticos nas regiões remotas de fronteira diminuíram, levando muitos dos residentes a se deslocarem em direção aos pequenos vilarejos ou às fazendas localizadas nas margens dos rios. Uma minoria, no entanto, composta em sua maior parte por populações tradicionais, continuou em vilarejos ou em pequenas propriedades nas regiões de fronteira (Coomes 1995; Santos-Granero and Barclay 2000; Hecht 2004). Estas áreas fronteiriças na Amazônia que se encaixam entre a fronteira internacional e o avanço dos agricultores e fazendeiros, tornaram-se fonte de preocupação crescente para países buscando estabelecer suas identidades nacionais, bem como sua presença ao longo do território delimitado. Esta apreensão se intensifica quando em contato com a prática do conceito de *lebensraum* (espaço vivo ou de viver), tal como colocado por Ratzel, e com a idéia de que fronteiras são membranas vivas e flexíveis capazes de se expandir e de se contrair (Foresta 1992). Ao lidar com esta apreensão, o general brasileiro Backheuser, muito influenciado pela Escola Geopolítica Alemã, introduziu o termo fronteiras vivas a fim de descrever como as linhas de fronteira de uma nação forte podem avançar pelo território de países mais fracos (Child 1985). A teoria das fronteiras vivas explica em parte a expansão histórica do Brasil a oeste da linha do Tratado de Tordesilhas e, em consequência do que postula, deixou governantes conscientes da

facilidade com que a expansão territorial brasileira poderia ser revertida dada que as fronteiras amazônicas são extensas e pouco povoadas.

O medo da invasão levou o Brasil a considerar a revitalização das áreas de fronteira a fim de se prevenir contra a expansão estrangeira (Foresta 1992). Consequentemente, o termo fronteiras vivas também passou a ser associado a assentamentos ao longo das linhas de fronteira, promovidos por migração espontânea ou, mais comumente, por políticas nacionais de migração. O sucessor intelectual de Backheuser nas Forças Armadas brasileiras, General Golbery do Couto e Silva, acreditava firmemente na necessidade de ocupar e integrar a Amazônia, considerada o coração da América do Sul, para que a civilização brasileira pudesse controlar o continente (Couto e Silva, 1967). Os slogans criativos de Golbery e seus discípulos permearam o discurso geopolítico brasileiro e estimularam uma série de iniciativas governamentais para a Amazônia na década de 70 e no início da década de 80. Pode-se dizer que tais iniciativas se encaixaram levemente no projeto Fronteiras Vivas, sendo estas: Operação Amazônia, Plano Nacional de Integração e Polamazônia (Mahar 1979; Moran 1981; Smith 1982; Carvalho *et al.* 2002; Lemos and Roberts 2008)<sup>iii</sup>. Entretanto, muito embora os objetivos geopolíticos a longo prazo fossem de ocupar e desenvolver o território brasileiro até as linhas de fronteira, a maior parte dos projetos esteve necessariamente focada na parte oriental e sul da Amazônia legal brasileira, antes de se dirigir ao interior (Carvalho *et al.* 2002). Apesar do foco do povoamento ter sido a interiorização, o termo fronteiras vivas ganhou ainda mais notoriedade quando da publicação do famoso *História da Formação das Fronteiras do Brasil*, do diplomata Teixeira Soares, que contrasta estas “vigilantes, progressistas e construtivas” fronteiras com aquelas que são “infertes, desprotegidas, esquecidas”, as quais ele chama de fronteiras mortas. As últimas, para o diplomata, são entendidas como um convite a invasão (Soares 1972:18). Em vista da aparente iminência de avanço sobre as fronteiras brasileiras, em 1985, os estrategistas militares brasileiros reconheceram falhas em seus projetos de desenvolvimento em alcançar e tornar mais vivas as fronteiras ao norte. A partir disto, criaram o projeto Calha Norte com o objetivo de desenvolver a zona de fronteira que se estende das Guianas até o Peru (Sternberg 1987). O fundo destinado ao projeto Calha Norte acabou financiando a criação de 28 batalhões especiais de fronteira com o duplo objetivo de monitorar e colonizar toda a extensão da zona de fronteira da Amazônia brasileira (Marques 2007) (Figura 2).



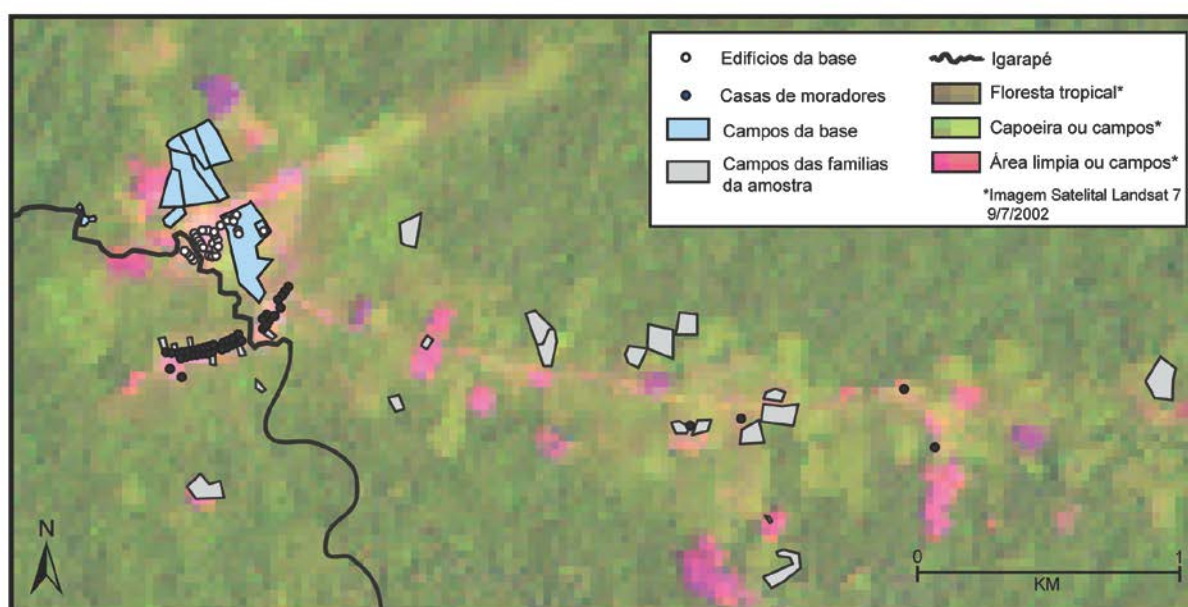
**Figura 2.** Os 35 batalhões militares de fronteira na Amazônia distribuídos ao longo das fronteiras internacionais de Brasil e Peru.

À medida que a teoria das fronteiras vivas e as políticas de assentamento baseadas nesta doutrina, tais como a rodovia Transamazônica e o projeto Calha Norte, ganharam notoriedade, países vizinhos se sentiram ameaçados pelas ações brasileiras e começaram a usar o fronteiras vivas como razão para promover políticas de revitalização e ocupação em zonas de fronteira. A Venezuela, por exemplo, aumentou a presença na zona de fronteira com o Brasil, ocupada pelos Yanomami, dado que o primeiro país interpretava que as áreas com presença indígena eram parte das *fronteiras mortas* (Arevalo-Jiménez 1984; Parodi 2002). Em contraposição a esta visão, peruanos como Guallart (1981), criticaram a perspectiva anti-indígena ao defender que a presença dos indígenas e sua própria existência já apontavam a fronteira viva em funcionamento, já que viviam em áreas de fronteira e desencorajavam invasões. Todavia, lideranças militares no Peru continuaram céticas a respeito da aliança entre indígenas e Estado nacional no país (Dean 2002; Comisión de la Verdad y Reconciliación 2004). Dada a desconfiança e temendo a influência brasileira, os peruanos criaram em 1970 sua política de fronteiras vivas e, mais tarde, em 1977, sob o decreto 21184, autorizaram a construção de batalhões militares rurais ao longo das zonas de fronteira consideradas isoladas. Estas unidades militares e as colônias civis que acompanharam suas instalações, conhecidas como *Fronteras Vivas* no Peru, atualmente são sete (Figura 2)<sup>iv</sup>.

## Dados e Métodos

O batalhão militar no qual estamos focando este estudo possui 330 km<sup>2</sup> de extensão e esta localizado na parte alta e montanhosa, além de bastante úmida, da bacia amazônica (180-350

m.s.l.) (ONERN, 1979). A inclinação do terreno varia de 3 a 30%, enquanto que o solo na região é composto basicamente de barro, de composição extremamente ácida e com alto conteúdo de alumínio. A colocação militar está cercada por um parque nacional brasileiro a leste, por terra indígena homologada ao norte, concessões de exploração florestal ao oeste e, finalmente, terras estatais não protestadas ou sem efeito de posse ao sul. Esta colocação militar isolada, chamada Conta, fica a quatro quilômetros da fronteira e consiste em uma base militar e em uma colônia de moradores, que guardam entre si apenas 200 m de distância<sup>v</sup> (Figure 3). Localizada nas margens do igarapé Conta, na cabeceira do rio Angamo, só é possível chegar a base de Conta de barco e na estação chuvosa (outubro a abril), quando os barcos deixam as cidades mais próximas e levam aproximadamente de quatro a cinco dias para subir o rio. Dada a falta de estradas e o preço das passagens aéreas, os colonos dependem basicamente do rio para transporte. Ainda assim, há uma pista de pouso de 450m na base, que é abastecida primordialmente por helicópteros.



**Figura 3.** A base militar isolada de Conta e a colônia de moradores cercada pela floresta tropical

Conta, que até 1975 era uma colocação de extração de borracha explorada por brasileiros, tornou-se fonte de preocupação crescente para o Estado peruano quando as iniciativas de desenvolvimento para a Amazônia advindas do lado brasileiro se expandiram (Mahar 1979; Moran 1981; Smith 1982). Em contrapartida ao avanço brasileiro, em 1977 o governo peruano criou o Comitê de Coordenação Multisetorial para Assentamento (COCOMAR) a fim de assentar famílias rurais ao longo das fronteiras amazônicas, a partir das Unidades Militares de Assentamento Rural (UMAR) (Piu Deza 2002)<sup>vi</sup>. A UMAR de Conta acabou por substituir os extrativistas brasileiros por colonos peruanos, sob o signo de desencorajar ainda



mais a influência brasileira na região. Ainda que o projeto tenha possibilitado um influxo inicial de colonos e tenha abrangido um plano de desenvolvimento detalhado incluindo investimentos massivos em infra-estrutura (CIARUNAM 1981), o mesmo acabou perdendo força devido à crise econômica dos anos 80. Em 1997, uma comissão peruana multi-institucional encontrou apenas um colono na área e, por causa disto, recomendou a revitalização do projeto (*El Amazónico Staff* 1998).

Na segunda intervenção do governo peruano para povoar a área, o projeto passou a se chamar Projeto de Assentamento Rural de Fronteira (PARF), sendo resultado da colaboração entre o Escritório para o Desenvolvimento Nacional do Ministério da Defesa (ODENA, sigla em espanhol), o Instituto Nacional de Defesa Civil (INDECI), o Fundo de Compensação e Desenvolvimento Social (FONCODES), Ministério da Agricultura, Ministério da Educação (DREU), Ministério da Saúde (DRSU), governo regional de Ucayali (CTARU), Programa Nacional de Assistência Nutricional (PRONAA), Programa de Assistência ao Reassentamento (PAR), e o governo municipal. O relatório sobre o projeto elaborado em 1998 colocou como principal objetivo do programa o desenvolvimento sustentável e o discurso de segurança nacional: “para consolidar e fortalecer a população formada por migrantes e nativos em uma estrutura produtiva baseada no uso racional e integrado dos recursos naturais de forma a garantir a manutenção do equilíbrio ecológico, o desenvolvimento socioeconômico sustentável, e o fortalecimento da soberania e segurança nacional, criando, assim, fronteiras vivas de natureza permanente” (Ejército del Perú 1998, 20).

Em 1998, após uma campanha agressiva para atrair pessoas para Conta, mais de 300 colonos, alguns professores e um médico chegaram à base militar para compor o projeto de assentamento. As famílias tiveram que limpar uma área da floresta para que pudessem ter os lotes para as casas e usaram verba e subsídios materiais providos pelo FONCODES para construir 40 casas. Em sua fase inicial, a estrutura do assentamento pôde ser construída devido à colaboração institucional com o FONCODES, que financiou a construção de duas escolas e a implantação do sistema de provisão de água potável, e com o INDECI, que contribuiu com o fornecimento de energia via instalação de um gerador a gás. Além destas duas instituições, o ministério da Educação cuidou da manutenção dos professores; o da Saúde, do fornecimento de estrutura e salário para o médico e um agente de saúde; o governo de Ucayali construiu uma casa comunitária; e o ministério da Agricultura se comprometeu a oferecer empréstimos, títulos de terra a indivíduos, aumento de empréstimos para agricultura e aumento da área permitida para atividades extrativistas na floresta com monitoramento mais apurado. Ao mesmo tempo em que a colônia foi crescendo em estrutura, as Forças Armadas renovaram a base militar para que a mesma pudesse comportar 40 soldados.

Em 2004, seis anos após a ocorrência destes investimentos, a base militar continuou abrigando o mesmo número de soldados e mais alguns oficiais. Contudo, o assentamento continha apenas 16 famílias, sete professores e um agente de saúde. Conforme ilustrado na figura 3, há 27 construções na base, campos de cultivo tanto da base como do assentamento, algumas casas nos mesmos campos, além de 40 casas para os colonos. A maioria das casas acabou abandonada, o sistema elétrico e hidráulico atualmente estão inoperantes, e os colonos ainda precisam de crédito e extensão em suas linhas de crédito, bem como do título para suas terras. Ironicamente, em 2004, o povoado de Conta passou a ser apelidado como “Cidade da

nova madrugada”. Sera que Conta, este assentamento inspirado pela geopolítica, transformou-se no lugar para a nova madrugada sustentável ou se tornou uma fronteira viva em estado de hemorragia?

### *Métodos*

A fim de responder esta e outras perguntas, nós nos baseamos em uma aproximação intuitiva, começando por um trabalho de campo focado no nível local (Butzer 1989), seguido por uma contextualização progressiva (Walters and Vayda 2009), e passando ao nível de análise das políticas nacionais (Schmink and Wood 1987), neste caso, o projeto *fronteras vivas*, com o objetivo de melhor entender o contexto para as decisões em nível local tomadas pelos responsáveis pelo território (Blaikie and Brookfield 1987). Nós entrevistamos os coordenadores do projeto de assentamento, deslocando-nos por entre as localidades por seis semanas, entre setembro e outubro de 2004. A escolha das casas a serem visitadas não foi aleatória. Entre as 16 moradias no local, escolhemos oito para captar a diversidade da distribuição geográfica, o tamanho da residência, bem como a distribuição de gênero e faixa etária entre os residentes do assentamento e dentro de cada moradia. Nenhum dos chefes de família eram originários de Conta, tendo em sua maioria vindo das regiões do altiplano e da parte leste dos Andes. Alguns outros moradores eram provenientes das regiões de Loreto e Ucayali. A média de idade dos chefes de família entrevistados foi de 44.9 e de suas parceiras 42.4. As casas apresentam em média 4.4 pessoas e os moradores viviam em Conta há mais ou menos 5.4 anos. Os entrevistados disseram que antes de sua chegada à colônia, seus principais interesses econômicos para a região eram a pecuária de pequena escala, agricultura, e extração de óleo de palma.

Durante as seis semanas iniciais, um de nós ficou em uma das casas selecionadas por três dias, tendo nos focado para a coleta de dados em debates sobre rendimento, uso de recursos e da terra e direcionando as conversas com base em um guia de entrevistas semi-estruturado, a fim de garantir compatibilidade entre as amostras. Os métodos para a pesquisa de campo consistiram na combinação de pesquisa participativa, etnografia, observador participante, coleta de pontos geográficos por meio de tecnologia de Global Positioning System (GPS) e sensoramento remoto. Nestes três dias com as famílias selecionadas, podemos adquirir a confiança das mulheres, homens e crianças, e foi possível entender a dinâmica doméstica a partir de métodos participativos tais como mapeamento da moradia, matriz de recursos, detecção da história familiar e transectos participativos (Slocum *et al.* 1995; Colfer *et al.* 1999; Salisbury and Schmink 2007). A combinação destes diferentes métodos nos permitiu superar os efeitos de instrumentação comuns à aplicação de apenas uma metodologia. Apesar de ter uma amostra limitada pelos três dias vividos com cada família, a seleção de métodos múltiplos e a intensidade da participação no dia-a-dia das famílias, permitiu-nos entender as atividades de membros fora da mostra.

O método da matriz de recursos das famílias foi particularmente importante para estimar as atividades geradoras de rendimento e sua relativa importância, entre as famílias observadas. Com o trabalho de campo preliminar, pudemos identificar 105 atividades econômicas distintas, os tipos de cultivo, e os animais domésticos na região antes de criarmos 105 cartões laminados em formato A4, cada um com a foto de uma opção de atividade econômica a ser perseguida. Os residentes das moradias selecionadas escolheram o cartão apropriado dentre as 105 opções e,

então, com os 50 marcadores que distribuimos, apontaram nos cartões o nível de importância dada a cada atividade econômica, de acordo com a época que estava sendo debatida. A partir disso, cada atividade geradora de renda foi numerada de acordo com a importância atribuída a mesma por cada família em um determinado momento. Os dados agregados da amostra avaliada representam a “renda comunitária” e podem ser quebrados em porcentagens baseadas nas diversas atividades geradoras de renda e na quantidade de marcadores colocadas em cada uma destas<sup>vii</sup>. Entrevistas adicionais com informantes não pertencentes a amostra confirmaram as tendências capturadas pela metodologia da matriz de recursos.

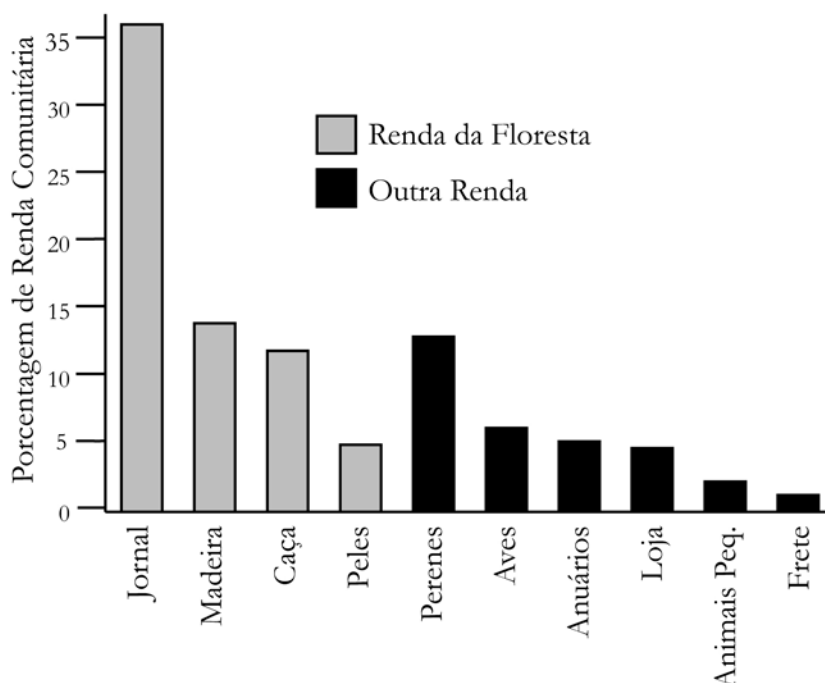
Nós complementamos a pesquisa participativa dentro e nos arredores do assentamento com entrevistas abertas com os oficiais militares (comissionados e não-comissionados), com brasileiros, e madeireiros ilegais no assentamento e na floresta nos entornos. Ademais, nós estabelecemos referenciais geográficos para as trilhas ligando o assentamento à fronteira, bem como às terras particulares e aos pontos de utilização de recursos naturais ao longo da base. Além da coleta de dados no assentamento, nós conduzimos entrevistas auxiliares com ex-oficiais militares de Conta e com pessoas que residiram no assentamento em 2007 e 2008, atualmente vivendo em cidades vizinhas. Por fim, realizamos extensa pesquisa documental sobre a história e o discurso envolvendo a política *fronteras vivas* no Peru e, particularmente, o projeto de assentamento de Conta.

### **Resultados: fronteiras vivas ou mortas?**

O projeto *fronteras vivas* promoveu a criação de assentamentos de fronteiras, em regiões isoladas, com o objetivo de que as mesmas fossem transformadas em colônias permanentes com estreitos laços econômicos e políticos com o Estado Nacional (Exército do Peru 1998). O Exército peruano utilizou o discurso do desenvolvimento sustentável e da segurança nacional para justificar a criação e manutenção do projeto (WCED 1987; Exército do Peru 1998). Entretanto, para que as fronteiras vivas pudessem ser sustentáveis e viáveis econômica, política e ambientalmente era necessário ultrapassar o isolamento econômico, o ambiente hostil e o status periférico. Ainda que a fronteira viva possa atingir sustentabilidade econômica e política por meio de economia de subsistência focada na localidade, pela lógica geopolítica o sucesso de tal empreendimento requer contato econômico e político com o núcleo dos mercados, bem como instituições, a fim de que estas supostas margens possam se tornar vibrantes e conectadas ao Estado central. Para organizar nossa análise sobre a sustentabilidade e os efeitos transfronteiriços do projeto *fronteras vivas*, nós agrupamos os resultados da pesquisa de campo em três seções: economia, meio-ambiente e política.

#### *A lógica econômica da economia de fronteira*

Em 2004, as atividades econômicas nas quais os moradores de Conta se concentraram refletiram a limitação do mercado local e as falhas na infra-estrutura de transporte disponível (Figura 4). Com as passagens aéreas caras e infrequentes, sem estradas, e com a viagem de barco levando no mínimo três dias, apenas produtos não-perecíveis podiam ser vendidos no mercado urbano regional. Os colonos se adaptaram a situação vendendo produtos perecíveis em seus mercados locais para os próprios moradores, para os madeireiros locais, brasileiros e, mais importante, para os soldados da base militar.



**Figura 4.** Fontes de renda em Conta em 2004

Ainda que os resultados de acordo com cada residência varie dependendo dos rendimentos, do histórico e do ciclo de vida na moradia, neste estudo nos concentramos na escala comunitária para identificar padrões mais abrangentes. De acordo com a figura 4, a maior parte da renda dos colonos (67%) advem de recursos florestais, tais como madeira (14%), carne de caça (12%), e peles (5%). Somados a estas fontes de recursos, estão os salários pagos pela indústria madeireira referentes a identificação da madeira, ao processamento do material bruto e a seu transporte, o que totaliza 36% do total da renda gerada na colônia. Os colonos transportaram os produtos não-perecíveis, a madeira e as peles, rio abaixo até chegar ao mercado do vilarejo. Já a carne de caça foi vendida para a base e para os madeireiros.

De acordo com o oficial militar responsável pelo abastecimento da base, cada soldado necessita 300 gramas de proteína diariamente, com a demanda para toda base variando em torno de 60 quilos de carne para uma semana. Os soldados preferiram a proteína comprada pelos colonos aos alimentos providos pelo Exército, que envolvia ovos e atum enlatado. As carnes de caça mais compradas normalmente foram a queixada (*Tayassu pecari*) e veado (*Mazama spp.*). Todavia, o pessoal da base também comprou dos colonos anta (*Tapirus terrestris*), catitu (*Tayassu tajacu*), cutia (*Dasyprocta fuliginosa*), paca (*Agouti paca*), e tatu (*Dasyurus novemcinctus*). A carne de caça custa em média US\$ 1.21 o quilo em Conta, comparado com os US\$ 2.42 por quilo cobrados na cidade, quando vendida no mercado ilegal<sup>viii</sup>. Enquanto que 95% da carne vendida para a base em 2004 foi carne de caça, é importante ressaltar que a base também comprou carneiro, porco e, ocasionalmente, peixe dos colonos, pagando US\$ 1.5 por quilo dos produtos citados.

Nesta época, o militar responsável pela agricultura da região estimou que apenas entre 10 e 15% do total dos alimentos consumidos pela base foi produzido nas instalações da própria colocação militar que contava com 12 has de área produtiva, sendo 9.2 ha de pasto e 2.8 de área para plantio (Figura 3). Em vez disso, os militares da base se apoiaram no Comando de Assentamento Rural (COAR) para ter acesso a maioria dos grãos, legumes, e açúcar e confiaram no abastecimento dos colonos para carne fresca, frutas e vegetais. A cada três meses, o COAR enviou aproximadamente 900 quilos de arroz, 550 quilos de açúcar, 1200 quilos de farinha e 600 quilos de feijão ou lentilhas a base. A base militar de Conta, então, complementava o fornecimento de alimentos com artigos comprados dos colonos, quais sejam, mandioca, arroz, cana de açúcar, pimentões, peito-de-vaca (*Solanum mammosum*), pepino, batatas (*Dioscorea spp*), banana grande, mamão e abacaxi (Tabela 1). Mesmo que o batalhão estivesse consumindo, o militar responsável pelos alimentos questionou a capacidade da base em servir como um mercado previsível para os artigos, dado que o COAR era órgão que em última instância decidia qual deveria ser a quantidade entregue no batalhão. A despeito da imprevisibilidade dos mercados locais e da grande distância do mercado regional, 26% da renda dos colonos veio da comercialização de produtos agrícolas locais, incluindo cultivo e animais de caça. Os colonos lucraram 5% com as culturas anuais e 13% com as culturas perenes, 2% com animais de pequeno porte e 6% com frango, que foi vendido para o batalhão, madeireiros e outros colonos (Figura 4). O batalhão serviu como o mercado mais importante, os madeireiros da região em sua maior parte trouxeram os seus próprios itens de alimentação não perecíveis e outros colonos raramente compraram alimentos.

Além dos alimentos, colonos também serviram refeições, bebida, cigarros e outros produtos para os soldados, quando estes estavam de folga, fora do batalhão. Esta renda que gerou atividade remunerada (caracterizada como armazém ou comércio na figura 4) representou 5% da renda total no assentamento. Isto foi possível, pois os soldados passavam quase todo o tempo livre – sábado pela tarde e todo o domingo – no vilarejo, consumindo estes produtos a preços duas a três vezes mais altos que na cidade mais próxima. Estes produtos chegavam ao donos de armazém de Conta por meio do rio, pelos quais os mesmos comerciantes iam buscar os artigos em seus barcos, aproveitando para transportar colonos e seus artigos e cobrando um frete pelo serviço. Toda esta atividade acabou representando 2% da renda no assentamento (Figura 4).

Para suprir a economia local e se sustentarem, os colonos desmataram a floresta cortando e queimando (prática de roça e queima) os 50 hectares para campos de cultivo e criação de animais designados a eles pelo batalhão militar. Por ano, foi aberto um hectare de floresta primária para que fosse possível arar de um a quatro campos de cultivo (Figura 3). Estes campos consistiram em pastos, monocultura de arroz, milho, mandioca e banana grande, além de áreas para cultivo misto com maior variedade de produtos (Tabela 1). Devido aos solos pobres, os colonos usaram os campos apenas por três anos antes de deixá-los incultiváveis. Em seus lotes de 1200m<sup>2</sup>, os moradores criaram galinhas de terreiro e pequenos animais. Nas áreas comuns, houve criação de porcos nas intermediações das áreas consignadas para cultivo, e de carneiros. Dentro das casas, os colonos também criaram porcos da guiné. Ainda que os colonos tenham investido para possibilitar estes cultivos, nenhum deles tinha título das terras. O batalhão, também localizado em terra não-homologada, também praticou desmatamento por roça e queima nos 12 hectares de campo de cultivo que possuía, abrindo campos na floresta primária para o cultivo de vegetais e arroz, ao passo que desmatou floresta secundária para o plantio de

sementes e para pasto (Figura 3). Enquanto realizávamos a pesquisa de campo, observamos os soldados em serviço plantando feijão, peito-de-vaca, milho e aipim, que seria consumido no batalhão. Os soldados também se revezaram em cuidar de 21 vacas, 15 cabras, e 12 porcos, usando escalas para que os animais pastarem<sup>ix</sup>.

**Tabela 1.** *Produtos Agrícolas e Mercados em 2004*

Produto	Mercado
Caju	Assentamento
Peito-de-vaca	Batalhão
Milho	Assentamento
Pepino	Batalhão
Gengibre	Assentamento
Pimentão	Assentamento
Goiaba	Batalhão
Pimenta	Batalhão
Limão	Assentamento
Mamão	Assentamento
Abacaxi	Batalhão, Assentamento
Banana grande	Batalhão
Arroz	Batalhão, Assentamento, Madeireiros
Batata doce	Batalhão
Cana de Açúcar	Batalhão, Assentamento
Tomate	Batalhão
Aipim	Batalhão

Assim como entre os soldados, há também rotatividade entre os colonos, sendo que estes uma vez partindo, não retornam ao assentamento. Quando perguntamos em 2004 sobre os planos de moradia, 100% dos colonos afirmaram que não planejavam estar em Conta nos próximos 10 anos, principalmente por causa do isolamento e da falta de transporte. As entrevistas auxiliares para checagem de informação que fizemos em 2008 revelaram que a predição dos colonos em abandonar o projeto *frontera viva* foi em grande parte concretizada, já que apenas quatro entre dezesseis famílias permaneceram no assentamento. Mesmo frente ao êxodo familiar, o exército peruano continuou sob o imperativo geopolítico, fazendo uso de

anúncios de TV em 2008 para mostrar Conta como um destino atrativo para aqueles que querem trabalhar duro.

### *Impactos ambientais de uma base geopolítica*

Nossa análise dos impactos ambientais do projeto se basearam primariamente em observação direta e em informações que levantamos a partir das atividades da população local no que tange a ações impactando a flora, a fauna e outros recursos, mais do que em medidas diretas e empíricas. Enquanto que a percepção local sobre o meio-ambiente pode variar de acordo com a realidade biofísica, nós acreditamos que a forma que os colonos entendem a variação espacial e temporal dos recursos naturais na localidade termina por influenciar decisões relacionadas ao gerenciamento dos recursos na floresta tropical. As decisões dos colonos sobre como utilizar os recursos naturais é particularmente importante no contexto de Conta, porque os impactos ambientais resultantes das ações vinculadas a tais escolhas podem ameaçar a integridade ecológica tanto do parque nacional brasileiro, que está em território vizinho, como do proposto parque nacional peruano, que seria adjacente ao território do projeto.

Em 2004, os impactos ambientais sobre a flora local ocorreram devido ao desmatamento para agricultura, extrativismo florestal não ligado à indústria madeireira e, principalmente, exploração de madeiras nobres. A agricultura nesta época continuou limitada em escopo devido a baixa densidade populacional e oportunidades de mercado limitadas. O corte de tipos específicos de palmeiras também foi praticado, mas esteve focado na subsistência e, não, na geração de receita. Entretanto, vale apontar que no relacionado à única espécie comercialmente viável, a piassava (*Aphandra natalia*), a coleta foi realizada de forma exagerada pelo coletor primário em Conta, levando a exaustão do ciclo de produtividade de espécie e fazendo com que o produtor se voltasse para o corte de madeira de lei para compensar o lucro perdido com a piassava.

**Tabela 2.** *Palmeiras usadas em Conta em 2004*

Nome Popular	Nome Científico	Uso
Buriti, Aguaje	<i>Mauritia flexuosa</i>	Alimentação
Piassaba, Piassava	<i>Aphandra natalia</i>	Vassouras
Pupunha, Pijuayo	<i>Bactrix gasipaes</i>	Alimentação
Paxiuba, Pona	<i>Iriartea deltoidea</i>	Piso e construção de cercas
Urucuri, Shapaja	<i>Attalea phalerata</i>	Telhado
Jaci, Shebón	<i>Atalea butyracea</i>	Telhado
Patauá, Ungurahui	<i>Oenocarpus bataua</i>	Alimentação

Como em qualquer outro lugar nas fronteiras amazônicas, a extração de madeira e os impactos provocados pela atividade madeireira continuam a ser a maior ameaça à integridade ecológica nas zonas de fronteira (Asner *et al.* 2005; Fagan and Shoobridge 2005). Conta tem sido um ponto de multiplicação para a atividade madeireira ilegal desde pelo menos 1998; os próprios colonos se recordaram de quantas famílias, daquelas pertencentes à fase original do projeto, chegaram à região para cortar cedro tropical (*Cedrela odorata*) e mogno (*Swietenia macrophylla*) em vez de colonizar o território que lhes havia sido destinado<sup>x</sup>. Quando estivemos na localidade em 2004, foi possível observar as florestas nas intermediações cheia de marcas antigas de pneus de tratores, além de campos de extração de madeira abandonados (seis) e algumas trilhas para escoamento da madeira bruta, que continham poucas árvores de cedro e de mogno em estado comercializável. Apesar das áreas abandonadas, a extração de mogno e cedro continuou em 2004, ainda que quase 100% das pessoas que entrevistamos tenham dito que as espécies estivessem se tornando cada vez mais raras de encontrar, enquanto outras pessoas tenham afirmado que estavam se voltando para espécies mais baratas, tais como lupuna (*Ceiba pentandra*) e shihuahuaco (*Dipterix michrantha*). Alguns colonos trabalharam para a indústria madeireira ilegal como mateiros como mateiros, tendo isto representado 36% da receita. Outros colonos trabalharam autonomamente cortando as árvores, transportando e as vendendo, o que representou 14% da receita no assentamento.

De fato, em 2004, 19% das moradias no assentamento estavam ocupadas não por colonos, mas por madeireiros que usavam o vilarejo com ponto de apoio para extrair madeira não só no Peru, mas também no Brasil<sup>xi</sup>. As referências de GPS relativas à extração de mogno e de cedro tropical revelaram que a atividade madeireira baseada em Conta se estendia 2.6 quilômetros dentro do parque nacional brasileiro. A figura 5 mostra um tronco de cedro tropical brasileiro abandonado, cortado em toras, para que pudesse ser transportado ao Peru por madeireiros baseados em Conta. Um madeireiro, quando acusado pelos militares de estar cortando madeira ilegalmente na área peruana alegou que só trabalhava com madeira brasileira. Já que as espécies nobres de madeira estão se tornando cada vez mais raras no Peru, madeireiros tem penetrado de maneira crescente no Brasil. Em alguns casos, brasileiros que vivem no parque nacional facilitam as investidas dos madeireiros. Um colono de Conta, refugiado do parque nacional brasileiro, afirmou que estava sendo procurado pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério do Meio Ambiente por estar cortando mogno. Segundo ele, agora ele quer viver no Peru e “pagar pelos sapatos dos filhos com mogno brasileiro.” Em 2004, isto era exatamente o que ele estava fazendo: usando seu conhecimento local sobre a zona de fronteira para trabalhar nos lados peruano e brasileiro procurando os lugares para cortar a madeira e abrindo trilhas – trabalhando como mateiro – para os madeireiros peruanos. Além da possibilidade de estar sempre trabalhando, ele e sua família também apreciam o fato de haver uma escola e um posto de saúde em Conta. Outro brasileiro que passava pelo assentamento durante nossa pesquisa compartilhou do sentimento deste camponês e disse: “Eu gosto mais do Peru do que do Brasil porque aqui se pode cortar uma árvore ou caçar sem problemas. No Brasil, isto é um problema.” Dessa forma, percebemos que o assentamento de fronteira facilitou trocas de experiências transfronteiriças, bem como exploração de recursos naturais com potenciais ramificações geopolíticas.





**Figura 5.** *Os restos de um tronco de cedro tropical (Cedrela Odorata) derrubada por madeireiros peruanos em território brasileiro.*

Os militares de Conta não se sentiram obrigados a seguir a Lei 27308 de 2000, ainda que o artigo 359 desta legislação coloque que em um raio de 50 quilômetros da fronteira internacional peruana, as Forças Armadas podem controlar e aplicar a legislação referente às florestas e à vida silvestre<sup>xii</sup>. Um dos oficiais militares entrevistados descreveu da seguinte forma os desafios de fazer cumprir a citada legislação: “nossos líderes políticos são os homens de negócios mais proeminentes da indústria madeireira”; acrescentando “nós não somos policiais e, se agirmos como tais, estaremos contrariando nossa Constituição. Estaremos usurpando as funções da polícia e poderíamos ser legalmente processados por isso.”<sup>xiii</sup> Indo de encontro a este discurso, oficiais militares preferiram seguir uma política de não perguntar e de não falar sobre o assunto (don’t ask, don’t tell). O interessante é que o batalhão concedeu asilo a lenhadores, que estavam fugindo das práticas exploratórias de seus chefes, ao mesmo tempo em que oficiais melhoraram a infra-estrutura da base apreendendo madeira que descia sem monitoramento pela bacia de Conta.

Vale ressaltar também em termos de economia local que os soldados foram consumidores oportunos da carne de caça vendida pelos colonos. Com demanda semanal de em média 60

quilos de proteína de base, abastecimento insuficiente de animais domésticos e, ainda, frente ao fato que soldados não podiam caçar, os colonos abasteciam o apetite por proteína do batalhão<sup>xiv</sup>. Todos os colonos entrevistados, com exceção de um, caçavam para vender a carne, fazer controle das espécies e para sua subsistência. A caça era praticada com armas de fogo, armadilhas preparadas com armas de fogo e cachorros. Um quarto dos colonos agregou valor a carne de caça, servindo pratos feitos com as mesmas aos soldados de folga. Como visto na Tabela 3, mais das metade das espécies comumente caçadas estão ou ameaçadas de extinção ou em situação de vulnerabilidade de acordo com a Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção de 2010. Somada às pressões ambientais geradas pelos colonos, cada um dos campos de extração de madeira das redondezas também contratava um caçador profissional para que fosse possível cozinhar e alimentar os lenhadores. Finalmente, os colonos também caçavam para controlar o crescimento populacional de animais que prejudicavam seus cultivos: leopardos matavam galinhas e catitus, pacas, antas e tatus comiam as mudas nos campos de cultivos. As espécies de animais mais frequentemente caçadas foram paca, anta, tatu e veado, pois estavam mais próximos do assentamento. Com relação a primatas, apenas 25% dos colonos caçavam macacos dentre os quais estavam o macaco-aranha (*Ateles chamek*), macaco-barrigudo (*Lagothrix poeppigii*) e o raro uacari-vermelho (*Cacajao calvus*). Entre as espécies mais cobiçadas para a caça estava o catitu (*Tayassu tajacu*) porque a carne, saborosa, poderia ser comida ou vendida e a pele do animal poderia ser comercializada a US\$ 1.00.

**Tabela 3:** Animais caçados pelos colonos de Conta em 2004

Nome Popular	Nome Científico	Uso	Risco Extinção*
Cutia	<i>Dasyprocta fuliginosa</i>	Comida, Venda	
Tatu-galinha	<i>Dasytus novemcinctus</i>	Comida, Venda	
Macaco-barrigudo	<i>Lagothrix poeppigii</i>	Comida	II
Bugio-vermelho	<i>Alouatta seniculus</i>	Comida	II
Queixada	<i>Tayassu pecari</i>	Comida, Venda, Pele	II
Uacari-vermelho	<i>Cacajaocalvus rubicundus</i>	Comida	I
Macaco-aranha	<i>Ateles chamek</i>	Comida	II
Paca	<i>Agouti paca</i>	Comida, Venda	

Mutum-cavalo	<i>Mitu tuberosum</i>	Comida, Venda	
Anta	<i>Tapirus terrestris</i>	Comida, Venda	II
Catitu	<i>Tayassu tajacu</i>	Comida, Venda, Pele	II
Veado	<i>Mazama spp.</i>	Comida, Venda	

\* Dados em acordo com a Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção Apêndice 2008: I= Ameaçado com risco de extinção II= Vulnerável

O comércio de peles forneceu um incentivo extra para a caça, já que as peles facilmente preservadas, juntamente com a madeira, eram os únicos itens que valiam a viagem de três dias ao mercado regional mais próximo. Ademais, os colonos usavam seu próprio estoque de peles para praticar escambo com os residentes do parque brasileiro que, em troca, ofereciam itens com valor comercial como painéis e vasilhas de alumínio. Em 2004, colonos passaram a questionar a viabilidade comercial a longo-prazo da venda das peles e da carne de caça alegando que a pressão sobre a caça advinda de outros colonos e dos madeireiros e o ruído constante das serras elétricas estava afastando os animais de perto do assentamento.

Em suma, pode ser dito que a instalação do batalhão de fronteira de Conta facilitou a exploração de palmeiras, extração de madeira e a caça de animais silvestres para consumo e fins comerciais tanto no vilarejo, quanto na base militar em si. A fronteira adjacente provou ser vantajosa para os colonos desta área isolada que não só se engajaram e empregaram residentes brasileiros no comércio e na extração de recursos naturais, mas também aproveitaram para cruzar a fronteira internacional a fim de ter mais acesso às espécies cobiçadas.

#### *A geografia política do um assentamento de fronteira*

De acordo com um militar entrevistado para nossa pesquisa, “Conta tem potencial para se tornar uma cidade de fronteira com boa atividade comercial, controlando o comércio e as relações entre Peru e Brasil...mas irá precisar de investimento e infra-estrutura suficiente para desenvolver este papel.” Com fins de atingir esta meta ou de simplesmente funcionar como uma economia viável frente às circunstâncias econômicas e ambientais desafiantes descritas anteriormente, Conta certamente precisaria de relações sólidas com instituições políticas, tanto civis quanto militares, em várias escalas para que pudesse receber investimento suficiente, além de infra-estrutura. Similarmente, a habilidade que o vilarejo tiver em manter relações cordiais com o Brasil igualmente dependerá de um entendimento claro das fronteiras políticas e da dinâmica de fronteira em ambos os lados.

A relação institucional mais forte do assentamento de Conta foi com o batalhão militar. Frente ao isolamento que afetava tanto a colônia como a base, cada uma das partes confiou na outra, a partir da força das relações que as unia, o que fez com que o sucesso dos objetivos de ambas as partes dependesse em parte das qualidades organizacionais de cada instituição. Com

relação ao assentamento, pode se dizer que em 2004 havia uma comunidade funcional e organizada, governada por um tenente locado no projeto e um juiz, que procuraram ativamente o apoio do comandante da base para decisões relativas a crimes. Durante a pesquisa de campo, por exemplo, um brasileiro foi acusado por ter molestado uma criança. A comunidade votou por o expulsar da colônia e pediu que o major ajudasse a aplicar a decisão. No dia seguinte, o Exército peruano escoltou o acusado até a fronteira e o aconselhou fortemente a não retornar ao local.

No que diz respeito à base militar, manteve-se um plano altamente estruturado em termos de organização, seguindo a hierarquia militar de comando. Os soldados mantiveram a base em excelentes condições, sempre observando a conduta militar nas comunicações e seguindo um plano regimental para suas atividades diariamente. A cada ano, um novo major assumia o comando da base de Conta e estabelecia suas prioridades tanto para a base militar, como para o relacionamento com os colonos. Um militar entrevistado descreveu as diferenças em prioridades e em formas de comandar entre três oficiais distintos. Em 2003, o major que estava na base, que foi anterior ao que lá estava durante a pesquisa, viu mais da metade de seus soldados desertarem. Durante a pesquisa de campo, o major em serviço buscou ativamente interação entre o batalhão e o assentamento: requisitando que os soldados realizassem trabalho de campo, organizando festas e exibição de filmes na base para os colonos e os soldados, e trabalhando para conseguir regularização das terras para os colonos.

Aos domingos, colonos, professores, soldados e mesmo os madeireiros vinham a base celebrar o hasteamento da bandeira peruana. Ainda com estas atividades, nem todos os colonos mantinham uma relação com a base militar. A todas as famílias era pedido que se apresentassem ao UMAR logo que chegassem ao assentamento, mas alguns madeireiros novos não se apresentaram. O major planejou enviar uma carta a estes madeireiros pedindo que se retirassem do assentamento e os avisando que poderia usar a força para os remover, se fosse necessário.

Enquanto a revitalização de Conta em 1998 exigiu os esforços inter-institucionais de sete organizações, em 2004, apenas o Exército, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde foram ativos na cooperação na região. O Ministério da Educação manteve uma escola primária com dois professores e uma escola secundária com cinco professores para educar não só os colonos residentes no assentamento, mas também os soldados interessados. De forma similar a outras escolas em regiões de fronteira, os professores não dispunham de recursos e tenderam a iniciar o ano escolar com meses de atraso devido a salários atrasados, falta de motivação e as condições de transporte desafiantes. Um técnico em enfermagem trabalhou baseado em umas das residências, representando o Ministério da Saúde, mas também mencionou que havia falta de recursos e de infra-estrutura. Este mesmo profissional conseguiu remanejamento em 2005.

Em 2004, não havia no assentamento representantes do Ministério da Agricultura e os objetivos traçados por este órgão em 1998 de prover extensão em terras e crédito agrícola, além de títulos de terra para os colonos, não foram cumpridos. O FONCODES instalou vias de abastecimento de água potável e criou projetos para a implantação de energia elétrica. Ademais, esta instituição planejou construir estradas, mas em 2003 transferiu o monitoramento e a manutenção destes projetos aos governos municipais e regionais respondendo ao processo de descentralização política no Peru. Desde então, o sistema de água potável não funcionou e as autoridades regionais se apropriaram do gerador de energia. Um terceiro militar entrevistado descreveu a relação do assentamento de Conta com as autoridades regionais e municipais da

seguinte forma: “O colégio eleitoral de Conta é muito pequeno comparado com os povoados urbanos (*pueblos jóvenes*) da cidade base da região, por isso as autoridades tem dado muito do que é nosso a outras pessoas.” Dentre os itens removidos do assentamento pelas autoridades em questão, o militar citou um gerador de 50 kwh, 2 cortadores de madeira portáteis e um moedor de cana de açúcar. O segundo militar que entrevistamos ao opinar sobre este fator disse que “o governo regional considera que Conta não é um vilarejo competitivo, pois não há transporte para levar produtos aos mercados local, regional e nacional.” A verdade é que em 2004, quando estivemos na comunidade, não havia sinal de novos investimentos ou obras de infra-estrutura realizados pelas autoridades regionais e municipais.

Os militares que entrevistamos em Conta descreveram sua unidade como “...uma companhia militar dedicada a construção com ênfase na segurança nacional.” Dessa forma, o batalhão assumiu responsabilidade por monitorar a fronteira por entre os quatro marcos de fronteira mais próximos, como medida de proteção da segurança nacional. Contudo, em nossa pesquisa participativa com o pessoal do batalhão para identificar três destes quatro marcos revelaram que o batalhão só possui conhecimento a priori daquele que estava mais próximo – a quatro quilômetros de distância -, o qual eles visitam mensalmente. Um dia durante a pesquisa, colonos e soldados ouviram um helicóptero desconhecido chegar e partir da floresta perto de Conta. No dia seguinte, um colono descobriu um novo marco de concreto em uma clareira recente na trilha para o marco conhecido, mais precisamente o novo marco estava posicionado a 360 metros do antigo. O major viajou a Lima para saber do ocorrido e lá chegando veio a saber que um representante militar peruano estava a bordo de um helicóptero brasileiro e que o marco de fronteira foi sancionado pelo Estado peruano. A colocação do novo marco mostrou a falta de conhecimento na base sobre a localização da fronteira internacional e da falta de interesse do commando central em se comunicar com o batalhão militar. Se o helicóptero tivesse chegado durante um dos patrulhamentos de rotina do marco conhecido, poderia ter havido troca de tiros e um embate de relações internacionais.

Por outro lado, a falta de interesse das autoridades atrai outras pessoas para o assentamento de fronteira, como: madeireiros ilegais, traficantes de drogas, e foragidos da justiça. Um dos nossos entrevistados no batalhão identificou os seguintes grupos como representando os maiores desafios a manter o controle na zona de fronteira:

“A extração ilegal de madeira coloca em cheque nossa segurança nacional e as relações cordiais que mantemos com outros países. A extração de madeira atrai e protege pessoas de reputação duvidosa: ex-detentos, narcotraficantes, e estrangeiros...Os traficantes de drogas suprem a demanda brasileira. As drogas são levadas ao outro lado da fronteira e o dinheiro retorna ao Peru. Nós estamos rodeados por perigo...A fronteira atrai pessoas dos centros urbanos que tentam se esconder da lei.”

Na realidade, as entrevistas mostraram que alguns madeireiros estavam se escondendo da justiça brasileira e peruana. O terceiro militar que entrevistamos questionou o desejo por ter novas pessoas no assentamento como contribuição para a produtividade do assentamento. Segundo ele, “Conta costumava ter uma população com uma propósito. As pessoas eram selecionadas e qualificadas. Agora, as pessoas que chegam são caçadores de fortuna. Estão aqui para a extração de madeira.” Rodeados de madeiras ilegais e de trilhas de narcotráfico que avançam no território brasileiro, com o assentamento infiltrado de madeireiros ilegais e de

fugitivos, os oficiais militares expressaram preocupação com colocar em risco as relações diplomáticas com os países vizinhos. Mesmo com estas declarações, o primeiro dos nossos entrevistados rejeitou a possibilidade de enfrentar estes problemas dizendo “por que devemos deter os produtores de droga se quando os capturamos e apreendemos a pasta de coca, nós seremos acusados de estarmos ficando com a metade.” Um quarto military ainda colocou: “se nós combatêssemos a extração ilegal de madeira e o tráfico de drogas, nós teríamos um conflito armado em duas semanas.” O resultado de uma polícia que não pode conter a extração ilegal de madeira em sua zona de fronteira pode ser o de transferir o problema para o país vizinho. Entre 2004 e 2006, as autoridades brasileiras capturaram mais de 40 madeireiros peruanos operando em seu limite territorial (Antunes 2004; Sales 2004; Simonetti 2005; Brasileiro 2006; Salisbury 2007; Pimenta 2009) e tiveram confronto armados com madeireiros no parque nacional adjacente à linha de fronteira peruana (Página 20 2005).

### **Discussão e conclusões**

Estes resultados mostram como a realidade econômica, ambiental e política deste assentamento locado em uma zona de fronteira isolada contrastam com os objetivos primeiramente traçados em 1998 para que esta edição do projeto *fronteras vivas* pudesse ser produtiva e permanente baseada no desenvolvimento sustentável, no equilíbrio ecológico e no fortalecimento da segurança nacional (Exército do Peru 1998). Colonos, deparados com isolamento durante largos períodos com suporte inadequado, tomaram a decisão racional de se focar em ganhos de curto prazo em vez de em um futuro sustentável. Voltaram-se, então, para as vantagens comparativas disponíveis: recursos naturais abundantes, embora em estado de redução, e a presença da fronteira internacional. Entretanto, a busca por estas vantagens também ameaçou os objetivos de segurança nacional, colocando em questão a necessidade do assentamento na zona de fronteira.

Os colonos, resignados em não receber os serviços prometidos, as estradas, os títulos de terra, abandonados em grande medida pelos instituições governamentais civis, além de dependentes de uma base militar com liderança imprevisível, voltaram-se para ganhos de curto prazo baseados no extrativismo florestal, representando 67% da receita no assentamento. As repercussões ecológicas de uma economia baseada em extração de madeira de lei e de comércio de peles com o distante mercado urbano, somado ao suprimento de carne de caça ao batalhão se traduziram em uso insustentável dos recursos e de exagero na caça, que são os resultados mais prováveis para projetos de desenvolvimento rural sem alternativas econômicas e pagamentos compensatórios (Bodmer and Lozano, 2001). De fato, os colonos entrevistados identificaram dificuldade crescente em localizar madeiras nobres e carnes de caça de valor no mercado.

Com a madeira de lei e carne de caça em escassez no Peru, e com a falta de mercado para escoar os produtos agrícolas, os colonos racionais e oportunistas cruzaram a fronteira rumo ao parque nacional, no Brasil, com o objetivo de ter acesso às fontes de recursos naturais. A falta de controle na fronteira brasileira e o desinteresse das Forças Armadas peruanas em fazer valer a legislação ambiental permitiu que os colonos não só caçassem e extraíssem madeira no parque nacional brasileiro, como também negociassem com os residentes do parque o comércio de madeira e peles. Ainda que os brasileiros já praticassem estas atividades antes da revitalização do

assentamento, a presença do mesmo gerou mais oportunidades para o comércio, interação e o acesso aos mercados peruanos, particularmente com a chegada dos madeireiros profissionais ansiosos para aproveitar a oportunidade do contato com pessoas que possuíam conhecimento específico sobre os recursos nas zonas de fronteira.

Os impactos locais negativos do assentamento na variabilidade dos tipos e na variação dos ciclos sazonais dos recursos naturais brasileiros ameaçaram as relações diplomáticas entre Brasil e Peru. Os brasileiros, proibidos por lei de vender madeira de lei e peles em território nacional, juntaram-se a colonos oportunistas no comércio de peles e ofereceram seus serviços como localizadores de espaço para extrair madeira aos madeireiros peruanos. A medida que o comércio de madeira e peles continuou próximo ao assentamento, as Forças Armadas brasileiras capturaram mais de 40 madeireiros peruanos penetrando em outras áreas do parque e áreas indígenas vizinhas (Antunes 2004; Sales 2004; Simonetti 2005; Brasileiro 2006; Pimenta 2009). A constatação destes incidentes na zona de fronteira não minou investimentos brasileiros massivos no Peru, quais sejam, a rodovia Interoceânica (Brown *et al.*, 2002; IIRSA 2009) e mais recentemente a rodovia Pucallpa-Cruzeiro do Sul (Crônica Viva 2009). Entretanto, os incidentes pediram por controle de danos no nível diplomático (Liano 2004; *La República* 2005; Maia 2005; Brasileiro 2006; Pimenta 2009), e despertaram receio quanto a planos de integração entre Brasil e Peru.

O conceito de fronteiras vivas é anterior ao momento corrente de intergração sul-americana (IIRSA 2009), e parecem anacrônicos quando objetivos geopolíticos vêm sendo perseguidos mais pelo incentivo ao comércio transfronteiriço e pela boa vontade do que pela manutenção de batalhões em fronteiras isoladas e assentamentos (Terborgh 2003). Quando fronteiras precisam de monitoramento, investimentos em construção de redes de inteligência local e vigilância remota cumprem melhor sua função do que colocações militares em regiões isoladas, como é o caso de Conta, que enquanto base trabalha com pouco conhecimento da geografia local. Junta-se a isso o fato de que intervenção em zonas de fronteira são mais eficazes quando feitas por soldados transportados por helicópteros desde a base central do que quando os mesmos chegam a base trilhando a floresta tropical. Sendo assim, Conta tem sucesso no sentido que já ocupa um pequeno espaço do território peruano antes ocupado por seringueiros brasileiros. Ainda assim, os impactos sociais e ambientais negativos do assentamento descompensaram este modesto sucesso. Um batalhão de fronteira e um projeto de assentamento incapazes de reduzir o tráfico de drogas, a extração ilegal de madeira e o contrabando transfronteiriço, facilitando ativamente as duas últimas atividades por sua própria existência, acaba por se tornar uma responsabilidade geopolítica, mais do que propriamente um benefício. Esta pesquisa sugere que impactos similares podem resultar dos outros 34 batalhões de fronteira, e defende a diminuição da ênfase na presença militar e dos assentamentos ao longo das fronteiras (Terborgh 2003; Ricardo and Santilli 2008). Em última instância, podemos remeter esta política, e mesmo o caso específico do batalhão de Conta, ao discurso de fronteiras vivas proferido no Brasil e às tendências expansionistas históricas brasileiras. Esta relação entre o Peruano e a história Brasileira ressalta a conexão transfronteiriça, os impactos e a reprodução de iniciativas geopolíticas na Amazônia. Dada a importância da floresta Amazônica para manter a biodiversidade e mitigar os efeitos das mudanças climáticas (Betts *et al.* 2008), o



estabelecimento de fronteiras verdes na forma dos parques de paz pode representar melhor estratégia geopolítica do que a implantação de fronteiras vivas insustentáveis, destrutivas do meio ambiente e, potencialmente, provocadoras de conflitos.

### **Agradecimentos**

Os autores gostariam de reconhecer o apoio do programa Fulbright-Hays para Pesquisa de Doutorado no Exterior; a Nature Conservancy; ProNaturaleza; a Universidade Nacional de Ucayali, e a Universidade de Richmond. Os pontos de vista aqui expressados são o dos autores, e não refletem necessariamente aqueles das agências de fomento. Nós agradecemos a Foster Brown, Mary Finley-Brook, and Steve Nash por suas revisões em versões preliminares deste manuscrito. Ainda, agradecemos aos alunos do seminário interdisciplinar *The Transboundary Environment* (o Meio Ambiente Transfronteiriço), da Universidade de Richmond, por suas análises sobre a eficácia dos parques de paz. Também, agradecemos ao Journal of Latin American Geography e aos nossos quatro revisores anônimos pelos comentários detalhados e pelas sugestões. Finalmente agradecemos a Marcela Vecchione e Comissão Pro-Índio Acre pela tradução. Quaisquer erros aqui cometidos são de responsabilidade dos autores.

---

### **Notas**

<sup>i</sup> Nós alternamos a grafia portuguesa e espanhola de acordo com o território que estamos discutindo

<sup>ii</sup> Nós interpretamos a linha de Tordesilhas e todas os outros limites coloniais subsequentes como resultado, ao menos parcialmente, da corrida pela exploração de recursos perpetrada pelas potências européias

<sup>iii</sup> tamponar o deserto, ocupar a ilha amazônica, integrar para não entregar.

<sup>iv</sup> Três dos cinco postos do *fronteras vivas* peruano estabelecidos ao longo da fronteira com o Brasil são contrapartes de postos militares brasileiros do outro lado da fronteira.

<sup>v</sup> A fim de proteger a identidade de informantes importantes no que diz respeito a assuntos sensíveis a segurança nacional nós usamos pseudônimos para os projetos, rios e outros nomes identificando lugares. Pela mesma razão, nós não provemos um mapa localizador para o projeto e deslocamos a real orientação do que apresentamos na figura 3.

<sup>vi</sup> O decreto peruano de número 21184 criou o Comitê de Coordenação Multisetorial de Assentamentos Rurais (COCOMAR).

<sup>vii</sup> A renda declarada aqui se refere aos mercados ou a renda em dinheiro e não inclui consumo de subsistência que pode estar presente em algumas definições sobre renda total.



---

<sup>viii</sup> Todos os preços mencionados foram convertidos de nuevo sol peruano para dólares americanos sob a taxa de conversão de 3.3 para um, a menos que esteja indicado de forma diferente.

<sup>ix</sup> A base também possuía 20 galinhas e 20 patos, mas os animais foram mortos por uma jaguatirica.

<sup>x</sup> *Swietenia macrophylla* está listada na convenção (2008) no Apêndice II (Ameaçadas), enquanto a população peruana de *Cedrela odorata*'s estão listadas Apêndice III (Reguladas).

<sup>xi</sup> Dois escoadores de madeira tinham campos de trabalho localizados a um dia de caminhada do assentamento, mas usavam a casa em Conta para descansar e relaxar e como ponto de abastecimento para trazer e levar as coisas de barco.

<sup>xii</sup> *El Peruano*, 9 de abril de 2001, pp.40.

<sup>xiii</sup> Nós usamos letras para nomear os oficiais militares e não mencionamos suas patentes a fim de proteger suas identidades . Todos os oficiais foram entrevistados.

<sup>xiv</sup> Em 2004, não havia peixes de tamanho considerável no riacho.

## Referências Bibliográficas

Agnew, J. 2003. *Geopolitics: Re-visioning World Politics*. Second Edition. London: Routledge.

Ali, S. H. 2007. *Peace Parks: Conservation and Conflict Resolution*. Cambridge, MA: MIT Press.

\_\_\_\_\_. 2007. Introduction: A Natural Connection between Ecology and Peace? In *Peace Parks: Conservation and Conflict Resolution*, S. H. Ali (ed.), pp. 1-22. Cambridge, MA: MIT Press.

Almeida, A. L. O., and Campari, J. S. 1995. *Sustainable Settlement in the Brazilian Amazon*. Oxford: Oxford University Press.

Antunes, F. 2004. Peruanos são presos tirando madeira nobre em Thaumaturgo. *A Tribuna*. 23 October 2004. (<http://www.jornalatribuna.com.br/w827.htm>). Accessed 8 January 2006.

Arevelo-Jiménez, N. 1984. The Politics of Cultural Survival in Venezuela: Beyond Indigenismo. In *Frontier Expansion in Amazonia*, M. Schmink, and C. H. Wood (eds.), pp. 105-126. Gainesville: University of Florida Press.

Asner, G. P., Knapp, D. E., Broadbent, E. N., Oliveira, P. J. C., Keller, M., and Silva, J. N. 2005. Selective Logging in the Brazilian Amazon. *Science*, 310(5747): 480-482.

---

Betts, R. A., Malhi, Y., and Roberts, J. T. 2008. The Future of the Amazon: New Perspectives from Climate, Ecosystem and Social Sciences. *Philosophical Transactions of the Royal Society B-Biological Sciences*, 363(1498): 1729-1735.

Blaikie, P. M., and Brookfield, H. C. 1987. *Land Degradation and Society*. London: Methuen.

Bodmer, R. E., and Lozano, E. P. 2001. Rural Development and Sustainable Wildlife Use in Peru. *Conservation Biology*, 15(4): 1163-1170.

Brasileiro, Renata. 2006. Peruanos depõem na delegacia de Cruzeiro: Eles foram indiciados por invasão a território estrangeiro, crime ambiental e porte ilegal de arma. *Página 20*. 5 April, Especial. (<http://www2.uol.com.br/pagina20/05042006/especial1.htm>). Accessed 10 January 10 2010.

Brondizio, E., and Moran, E. 2008. Human Dimensions of Climate Change: the Vulnerability of Small Farmers in the Amazon. *Philosophical Transactions of the Royal Society B-Biological Sciences*, 363(1498): 1803-1809.

Browder, J. O., Pedlowski, M. A., and Summers, P. M. 2004. Land Use Patterns in the Brazilian Amazon: Comparative Farm-Level Evidence from Rondônia. *Human Ecology*, 32(2): 197-224.

Browder, J. O., Pedlowski, M. A., Walker, R., Wynne, R. H., Summers, P. M., Abad, A., and Mil-Homens, J. 2008. Revisiting Theories of Frontier Expansion in the Brazilian Amazon: A Survey of the Colonist Farming Population in Rondônia's Post-Frontier, 1992-2002. *World Development*, 36(8): 1469-1492.

Brown, I. F., Brilhante, S. H. C., Mendoza, E., and de Oliveira, I. R. 2002. Estrada de Rio Branco, Acre, Brasil aos portos do Pacífico: como maximizar os benefícios e minimizar os prejuízos para o desenvolvimento sustentável da amazônia sul-ocidental. In *La Integración Regional- Bolivia, Brasil y Perú, Arequipa, Perú, CEPEI* (ed.), pp. 281-296. Lima: Editora CEPEI.

Butzer, K. W. 1989. Cultural Ecology. In *Geography in America*, G. L. Gaile, and C. J. Willmott, (eds.), pp. 192-208. Columbus: Merrill Pub. Co.

Calvert, P. 1983. *Boundary Disputes in Latin America*. London: Institute for the Study of Conflict.

Carvalho, G. O., Nepstad, D., McGrath, D., Diaz, M. D. V., Santilli, M., and Barros, A. C. 2002. Frontier Expansion in the Amazon: Balancing Development and Sustainability. *Environment*, 44(3): 34-45.

Centro de Investigaciones en Asentamientos Rurales de la Universidad Nacional Agraria- La Molina (CIARUNAM). 1981. *Proyecto de Asentamiento Rural: Zona Pucallpa-Abujao*. COCOMAR, Lima: Ministerio de Guerra.

Child, J. 1985. *Geopolitics and Conflict in South America: Quarrels among Neighbors*. New York: Praeger.

CITES secretariat. 2010. Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (CITES) (<http://www.cites.org/>). Accessed February 22, 2010.

---

Colfer, C. J. P., Brocklesby, M. A., Diaw, C., Etuge, P., Gunter, M., Harwell, E., McDougall, C., Porro, N. M., Porro, R., Prabhu, R., Salim, A., Sardjono, M. A., Tchikangwa, B., Tiani, A. M., Wadley, R. L., Woelfel, J., and Wollenberg, E. 1999. *The BAG (Basic Assessment Guide for Human Well-Being)*. Jakarta: CIFOR.

Comisión de la Verdad y Reconciliación. 2004. Informe Final. Lima: Comisión de la Verdad y Reconciliación, Universidad Nacional Mayor de San Marcos y Pontificia Universidad Católica del Perú. (<http://www.cverdad.org.pe/ingles/ifinal/index.php>). Accessed 10 January 2010.

Coomes, O. T. 1995. A Century of Rainforest Use in Western Amazonia: Lessons for Extraction-Based Conservation of Tropical Forest Resources. *Forest and Conservation History*, 39: 108-120.

Couto e Silva, Golbery do. 1967. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio.

Crónica Viva. 2009. García anuncia vía interoceánica que unirá Lima con Cruzeiro de Brasil. 12 December, Sección Política. (<http://www.cronicaviva.com.pe/content/view/104518/36/>). Accessed 1 January 2010.

Dean, B. 2002. State Power and Indigenous Peoples in Peruvian Amazonia: A Lost Decade 1990-2000. In *The Politics of Ethnicity: Indigenous Peoples in Latin American States*, D. Maybury-Lewis, D. (ed.), pp. 199-238. Cambridge: Harvard University Press.

Ejército del Perú. 1998. *Unidad Militar de Asentamiento Rural*. Lima: Ejército del Perú, Oficina de Asentamiento Rural.

*El Amazónico*. 1998. Colonización y desarrollo sostenible de las zonas de frontera. February-March.

Fagan, C., and Shoobridge, D. 2005. *An Investigation of Illegal Mahogany Logging in Peru's Alto Purús National Park and its Surroundings*. Durham: Parkswatch Report.

Fearnside, P. M. 2005. Deforestation in Brazilian Amazonia: History, Rates, and Consequences. *Conservation Biology*, 19(3): 680-688.

Foresta, R. A. 1992. Amazonia and the Politics of Geopolitics. *Geographical Review*, 82(2): 128-142.

Guallart, J. M. 1981. *Fronteras Vivas: Poblaciones Indígenas en la Cordillera del Condor*. Lima: Centro de Antropología y Aplicación Práctica.

Hecht, S. B. 2005. Soybeans, Development and Conservation on the Amazon Frontier. *Development and Change*, 36(2): 375-404.

\_\_\_\_\_. 2004. The Last Unfinished Page of Genesis: Euclides da Cunha and the Amazon. *Historical Geography*, 32: 43-69.

IIRSA. 2009. Iniciativa para la integración de la infraestructura regional sudamericana (<http://www.iirsa.org/>). Accessed 23 January 2009.

Ireland, G. 1938. *Boundaries, Possessions, and Conflicts in South America*. Cambridge: Harvard University Press.

---

*La República* Staff. 2005. Interoceánica estará lista a más tardar en junio: Presidente Toledo recibe en Palacio de Gobierno a gobernador del Estado brasileño de Acre. *La República*. 8 March

([http://www.larepublica.com.pe/component?option=com\\_contentant/task,view/id,70294/Itemid,0/](http://www.larepublica.com.pe/component?option=com_contentant/task,view/id,70294/Itemid,0/)). Accessed 10 January 2010.

Lemos, M. C. and Roberts, J. T. 2008. Environmental Policy-Making Networks and the Future of the Amazon. *Philosophical Transactions of the Royal Society B-Biological Sciences*, 363(1498): 1897-1902.

Liano Jr., N. 2004. Integração depende da saída de madeireiros peruanos da região. Página 20, 17 March, Sec. Política. ([http://www2.uol.com.br/pagina20/17032004/p\\_0617032004.htm](http://www2.uol.com.br/pagina20/17032004/p_0617032004.htm)). Accessed 10 January 2010.

Mahar, D. J. 1979. *Frontier Development Policy in Brazil: A Study of the Amazon Experience*. New York: Praeger.

Maia, T. 2005. A presença definitiva do estado Brasileiro na fronteira. Pagina 20, Sec. Enviado Especial. 22 February. (<http://www2.uol.com.br/pagina20/22022005/especial.htm>). Accessed 10 January 2010.

Marques, A. A. 2007. *Amazônia: Pensamento e Presença Militar*. Unpublished Political Science Dissertation. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Moran, E. F. 1981. *Developing the Amazon*. Bloomington: Indiana University Press.

Moreau, M. A. and Coomes, O. T. 2007. Aquarium Fish Exploitation in Western Amazonia: Conservation Issues in Peru. *Environmental Conservation*, 34(1): 12-22.

Muller, C. 1980. Frontier-Based Agricultural Expansion: The Case of Rondônia. In *Land, People, and Planning in Contemporary Amazonia*, Barbira-Scazzocchio (ed.), pp. 141-153. Cambridge: University of Cambridge Press.

Oficina Nacional de Evaluación de Recursos Naturales (ONERN). 1979. *Inventario, Evaluación e Integración de los Recursos Naturales de la Zona Pucallpa-Abujao*. Lima: ONERN.

*Página 20*. 2006. Peruanos trocam tiros com a PF na serra do divisor. 4 April 2006, Sec. Cotidiano. ([http://www2.uol.com.br/pagina20/04042006/c\\_030404](http://www2.uol.com.br/pagina20/04042006/c_030404)). Accessed 12 January 2010.

Parodi, C. A. 2002. *The Politics of South American Boundaries*. Westport: Praeger.

Phillips, O., Lewis, S., Baker, T., Chao, K., and Higuchi, N. 2008. The Changing Amazon Forest. *Philosophical Transactions of the Royal Society B-Biological Sciences*, 363(1498): 1819-1827.

Pimenta, Jose. 2009. Povos indígenas, fronteiras amazônicas e soberania nacional: algumas reflexões a partir dos Ashaninka do Acre. Paper presented at Proceedings from the 61st Annual Meeting of the Brazilian Society for Scientific Progress: Amazon Science and Culture. Round Table: Indigenous Groups in Amazonia. Manaus, Brazil. ([http://www.sbpcnet.org.br/livro/61ra/mesas\\_redondas/MR\\_JosePimenta.pdf](http://www.sbpcnet.org.br/livro/61ra/mesas_redondas/MR_JosePimenta.pdf)). Accessed 30 December 2009.

---

Piu Deza, H. C. 2002. La Institucionalización de la Integración Fronteriza en el Perú. Unpublished manuscript. El Paso: University of Texas El Paso. (<http://www.research.utep.edu/LinkClick.aspx?link=023.pdf&tabid=24752&mid=80676>) Accessed 17 April 2009.

Ramutsindela, M. 2007. Scaling Peace and Peacemakers in Transboundary Parks: Understanding Glocalization. In *Peace Parks: Conservation and Conflict Resolution*, S. H. Ali (ed.), pp. 69-82. Cambridge, MA: MIT Press.

Ricardo, B. and Santilli, M. 2008. Povos indígenas, fronteiras e militares no estado democrático de direito. *Interesse Nacional*, 1(3): 18-28.

Sales, Val. 2004. Polícia Federal prende madeireiros peruanos na reserva dos Ashaninka. Pagina 20, Sec. Especial, col. 1. 28 September. ([http://www2.uol.com.br/pagina20/28092004/p\\_0229092004.htm](http://www2.uol.com.br/pagina20/28092004/p_0229092004.htm) ) Accessed 11 January 2010.

Salisbury, D. S. 2007. Overcoming Marginality on the Margins: Mapping, Logging, and Coca in the Amazon Borderlands. Unpublished Geography Dissertation. Austin: University of Texas.

\_\_\_\_\_. and Schmink, M. 2007. Cows versus Rubber: Changing Livelihoods among Amazonian Extractivists. *Geoforum*, 38(6): 1233-1249.

Santos-Granero, F., and Barclay, F. 2000. *Tamed Frontiers: Economy, Society, and Civil Rights in Upper Amazonia*. Boulder: Westview Press.

Schmink, M., and Wood, C. H. 1987. The "Political Ecology" of Amazonia. In *Lands at Risk in the Third World: Local-level Perspectives*, P. D. Little and M. M. Horowitz (eds.), pp. 38-57. Boulder: Westview Press.

\_\_\_\_\_. 1992. *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press.

Simmons, C. S., Caldas, M. M., Aldrich, S. P., Walker, R. T., and Perz, S. G. 2007. Spatial Processes in Scalar Context: Development and Security in the Brazilian Amazon. *Journal of Latin American Geography*, 6 (1): 125-148.

Simonetti, Andréia. 2005. A Amazônia sob vigilância. *Amazonas Em Tempo*. 21 July. (<http://www.emtempo.com.br/>). Accessed 10 January 2007.

Slocum, R., Wichhart, L., Rocheleau, D., and Thomas-Slayter, B. 1995. *Power, Process and Participation: Tools for Change*. London: Intermediate Technology Publications.

Smith, N. J. H. 1982. *Rainforest Corridors: The Transamazon Colonization Scheme*. Berkeley: University of California Press.

Soares, A. T. 1972. *Historia da Formação das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Federal De Cultura.

Stern, M. J., Margoluis, C., Lanfer, A. G., and Goodale, U. M.. 2003. The Goals and Challenges of the March 30-31, 2001 Yale ISTF Conference Entitled: 'Transboundary Protected Areas: The Viability of Regional Conservation Strategies'. *Journal of Sustainable Forestry*, 17(1/2): 1-6.

- 
- Sternberg, H. O. 1987. "Manifest Destiny" and the Brazilian Amazon: A Backdrop to Contemporary Security and Development Issues. *Yearbook, Conference of Latin Americanist Geographers*, 13: 25-35.
- Terborgh, J. 2003. Fronteras vivas: una buena política o un anacronismo? In *Alto Purús: Biodiversidad, Conservación y Manejo*: R. L. Pitman, N. Pitman, and P. Alvarez (eds.), pp. 233-236. Lima: Impreso Grafica.
- Tocantins, L. 1961. *Formação Histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Conquista.
- Transboundary Protected Areas Network (TBPAN). 2007. [www.tbpa.net](http://www.tbpa.net). Accessed 20 March 2010.
- van Amerom, M. and Buscher, B. 2005. Peace Parks in Southern Africa: Bringers of an African Renaissance? *Journal of Modern African Studies*, 43(2): 159-182.
- Walker, R., Browder, J., Arima, E., Simmons, C., Pereira, R., Caldas, M., Shiota, R., and de Zen, S. 2009. Ranching and the New Global Range: Amazônia in the 21st Century. *Geoforum*, 40(5): 732-745.
- Walsh, S. J., Messina, J. P., Mena, C. F., Malanson, G. P., and Page, P. H. 2008. Complexity Theory, Spatial Simulation Models, and Land Use Dynamics in the Northern Ecuadorian Amazon. *Geoforum*, 39 (2): 867-878.
- Walters, B. B., and Vayda, A. P. 2009. Event Ecology, Causal Historical Analysis, and Human-Environment Research. *Annals of the Association of American Geographers* 99(3): 534-53.
- World Commission on Environment and Development (WCED). 1987. *Our Common Future*. New York: Oxford University Press.